

Editorial

A sociedade brasileira é composta por uma expressiva diversidade cultural com influências significativas de contributos da força civilizatória de diferentes povos, todavia, a omissão da memória do negro e do índio ou a circulação de estigmas que alimentam o preconceito e a intolerância, historicamente, contribuem para destituir a identidade desses grupos sociais num processo em que se dissimula a discriminação racial e étnica. Os mecanismos de reversão ou minimização deste processo se materializam de múltiplas formas, e necessitam se reverberar nas diferentes esferas do tecido social, e destacamos aqui, em específico, o âmbito escolar.

Sob tal perspectiva, em diferentes contextos históricos, movimentos sociais constroem alternativas para reverterem políticas e práticas cotidianas que, de forma tênue ou explícita, corrompem, desqualificam ou negam a identidade do povo negro. Com efeito, no âmbito das políticas educacionais presenciamos diferentes mecanismos e ações, que indicam, em linhas gerais, avanços neste processo, tais como alguns dispositivos legais presentes na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); o Tema *Pluralidade Cultural*, no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Lei 10.639/2003.

Destarte, a Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos estabelecimentos de ensino fundamental e de

ensino médio, públicos e privados. De acordo com esse dispositivo legal, os conteúdos programáticos dos currículos escolares deverão incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Sem embargo, a referida Lei, foi sancionada em janeiro de 2003, completando, pois, uma década de sua vigência no presente ano. Esse dossiê pretende revisitar essa trajetória de uma década da implementação desta Lei; contribuir para o enfoque dos avanços ensejados e problematizar as limitações e fragilidades de sua implementação.

Os autores colocam também em relevo as possibilidades de um currículo e de práticas pedagógicas que poderão contribuir para desconstruir visões e preconceitos mediante a ressignificação e desconstrução dos padrões culturais até então hegemônicos, pautados em um modelo de homem branco, ensejado por uma tradição eurocêntrica de cultura. Nessa perspectiva os textos possibilitam redimensionamentos de natureza epistemológica ao ensinar novas possibilidades de produção de conhecimento e de sua circulação no cotidiano escolar, invertendo pressupostos da matriz colonialista ou problematizando determinados aspectos dela presente no currículo escolar. Além disso, problematizam elementos da tradição positivista de História, marcada pelos grandes acontecimentos da história factual e dos heróis na qual deixa “às margens” e silencia as vozes de sujeitos que também constroem a história. Os autores contribuem, pois, com irrupções epistemológicas que possibilitam a afirmação das políticas de identidade relativizando a supremacia da cultura eurocêntrica que traça um perfil paradigmático para as demais culturas, impondo valores e concepções baseadas em binarismos de legitimidade e ilegitimidade, definindo padrões culturais tidos como cânones para a

humanidade. A atuação docente referenciada nesta perspectiva torna-se, pois, uma importante aliada na luta contra os efeitos da homogeneização cultural, da hierarquização entre as culturas, contribuindo para a promoção da cidadania na escola.

Este é o horizonte das reflexões, análises e sínteses investigativas presentes neste *dossiê*, uma vez que cada autor, a partir de expressivas experiências com o campo temático em tela apresenta posicionamentos relativos às políticas e práticas conectadas ao desenvolvimento de relações étnico-raciais vinculadas a Lei 10.639/2003. Os textos que integram esse dossiê são derivados precipuamente de trabalhos de investigação ou sínteses teóricas de professores e doutorandos de distintas universidades brasileiras. Em âmbito internacional, também integra o referido dossiê o texto de Clemens Zobel, (Université Paris VIII) em parceria com Luciane Ribeiro (UFU), o qual analisa as práticas mágico-religiosas locais num contexto de islamização na África ocidental, e mais especificamente no Mali. Os autores se propõem a repensar as dinâmicas de relacionamento com a heterogeneidade cultural, mediante dois ângulos. Sob um prisma, partem do pressuposto que, para o enfrentamento do preconceito racial é fundamental perceber como as histórias e descrições das sociedades da África e sua diáspora foram distorcidos pelo olhar da ciência ocidental. O segundo prisma se refere a importância da comparação contemporânea entre o Brasil e as sociedades da África num esforço de desmitificação da referência a culturas chamadas “negras”.

Os trabalhos que compõem este dossiê nos levam a depreender que a materialização da Lei 10.639/03, passados dez anos de sua promulgação, ainda é marcada por ações muito tênues. Contudo, embora alguns artigos avaliam e analisam situações em que se evidencia a invisibilidade da referida lei, por outros lado, outros artigos ilustram situações emblemáticas de atuação concreta e materializada em práticas de pesquisa e docência em diversas partes de nosso

país. Enfim, os textos proporcionarão aos leitores, um rico balanço de uma década de vigência da Lei 10.639/2003.

Além do dossiê *Contributos e desafios da Lei 10.639-2003 para a inclusão das questões étnico-raciais nos currículos escolares: balanço de uma década*, esta edição contém ainda as seguintes seções: **Artigos; Resenha e Teses e Dissertações.**

Na seção *Artigos*, contamos a contribuição de Daniel Shugurensky (University of Arizona – USA), com o trabalho intitulado *The learning society: Six approaches*. Neste artigo, o autor examina a literatura sobre a sociedade da aprendizagem durante a última metade do século e apresenta seis abordagens de natureza teórico-epistemológica bastante distinta sobre o tema, quais sejam: auto-realização, desenvolvimento econômico, mercado da aprendizagem, teias de aprendizagem, comunidades democráticas e políticas governamentais. O enfoque do autor, calcado em uma sólida abordagem teórica, possibilita-nos um rico panorama de concepções com diferentes perspectivas analíticas sobre a sociedade da aprendizagem, desde o humanismo progressista que enfatiza a auto-realização, o desenvolvimento pessoal e direitos até a literatura da "política de Estado" mediante ênfases em estruturas reguladoras, orientações políticas, programas e modalidades de financiamento iniciados por agências governamentais para promover as sociedades da aprendizagem.

Ilma Regina Castro Saramago de Souza e Marilda Moraes Garcia Bruno - ambas da Universidade Federal da Grande Dourados – por meio do artigo *Políticas de educação no contexto indígena: discursos e práticas* apresentam análises sobre as políticas educacionais conquistadas pelos povos indígenas no Brasil e sobre questões relacionadas à leitura e à escrita de crianças indígenas Guarani e Kaiowá, na região da Grande Dourados (MS). As autoras colocam em relevo tênues avanços conquistados pelos povos indígenas no âmbito das políticas públicas e evidenciam as dificuldades do ensino nas escolas indígenas, destacando o fato de que, na maioria das escolas indígenas, ainda é ministrado

em Língua Portuguesa, dificultando, assim, a preservação e a valorização da língua materna.

O artigo *Investigação comparada em educação: aspectos teóricos e metodológicos*, de autoria de Valéria Moreira Rezende (Faculdades Integradas do Triângulo - UFU), Rogéria Moreira Rezende Isobe (Universidade Federal do Triângulo Mineiro) e Fernanda Arantes Moreira (Instituto Federal do Rio Grande do Norte), sistematizam análises sobre a perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Históricos Comparados. As autoras desenvolvem reflexões sobre os possíveis limites dessa modalidade de investigação no âmbito do referencial teórico positivista-funcionalista e, por outro lado, enfocam os contributos, desafios e potencialidades dessa modalidade de pesquisa na perspectiva dos estudos históricos comparados.

Na seção *Resenha* contamos com a contribuição de Gabriel Humberto Muñoz (UFU), por meio da análise da obra *Estudos Epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional* (2013) de autoria de Cesar Tello e Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Por fim, a seção *Teses e Dissertações*, é composta pelo resumo da dissertação de Glênio Oliveira da Silva, cujo título é *Arcabouço jurídico normativo pedagógico da Lei Federal 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia: avanços e limites* (UFU, 2013), cujo objeto da investigação está em sintonia com a temática do *Dossiê* constante desta edição.

Esperamos que os trabalhos aqui apresentados possam contribuir para os leitores traçarem um quadro interpretativo mais amplo dos objetos retratados.

Boa leitura!

Maria Vieira Silva
Editora